

CLIPPING IMPRESSO

29/10/2019



INDICE

1. CNJ	
1.1. JORNAL O PROGRESSO.....	1 - 2
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL O PROGRESSO.....	3
3. DIRETORIA	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	4
4. PUBLICIDADE LEGAL	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	5 - 6



Medalhas no TRE

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão comemorou seus 87 anos, na última sexta-feira, fazendo a entrega da Medalha do Mérito Eleitoral do Maranhão “Ministro Arthur Quadros Collares Moreira” a 6 agraciados: a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa (OAB-MA), o procurador Luiz Carlos dos Santos Gonçalves (TRE-SP), o juiz Ângelo Antônio Alencar dos Santos (presidente da Associação dos Magistrados do MA), o procurador-geral Rodrigo Maia Rocha (PGE-MA), o procurador Leonardo Campos Soares da Fonseca (MS) e ao diretor-geral Mário Lobão Carvalho (TJMA).

Medalhas no TRE 2

A comenda, que foi entregue pelo presidente do TRE-MA, desembargador Cleones Cunha, destina-se a homenagear pessoas físicas e entidades, nacionais e internacionais, nas classes de juristas, servidores da justiça eleitoral e colaboradores, que mereçam especial distinção por seus méritos e relevantes serviços prestados à justiça eleitoral.

Medalhas no TRE 3

Em nome dos agraciados, a advogada Anna Graziella Santana Neiva Costa agradeceu a homenagem recebida e destacou que essa palavra, homenagem, deriva do latim hominaticus: de homo, ou seja, “homem”. E para ela, o momento torna-se bastante especial por ser mulher, advogada, em meio a uma corte formada majoritariamente por homens, notáveis juristas, e ainda mais, por ser em meio a uma solenidade que celebra a instalação da justiça eleitoral, em 1932, justamente o ano em que as mulheres brasileiras tiveram direito ao voto, facultado a partir do Código Eleitoral Provisório, criado pelo governo de Getúlio Vargas, após acentuada campanha pelo direito feminino ao sufrágio.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SPR nº 77/2019

Processo nº 30.861/2019

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa especializada, para prestação de serviço continuado na categoria Auxiliar em Saúde Bucal; **Abertura:** 13/11/2019 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 24 de outubro de 2019. **Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.**



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico (SRP) nº 78/2019

Processo nº 38488/2019

Objeto: Aquisição de bebedouros; **Abertura:** 13/11/2019, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; **Fones:** (98) 3261-6181 / 6194.

São Luís/MA, 24 de outubro de 2019. **André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.**

**Comitê avalia
resultado de
consulta sobre
desafios
do Poder
Judiciário**
P4c1

Comitê avalia resultado de consulta sobre desafios do Poder Judiciário

Representantes de todos os ramos da Justiça participaram, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da 4ª Reunião do Comitê Gestor Nacional da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, que debateu a revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021 a 2026. O grupo elabora os macrodesafios a serem votados no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que acontecerá nos dias 25 e 26 de novembro no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, em Maceió.

Na reunião, foram apresentados os resultados da consulta pública sobre os Macrodesafios e aspectos externos desfavoráveis para o Poder Judiciário, que colheu opinião de cidadãos, magistrados, servidores, advogados e entidades representativas de classe que quiseram contribuir com a formulação das propostas. O levantamento, que ouviu 2.029 pessoas, foi realizado por meio eletrônico no período entre 23 de setembro e 6 de outubro passados.

Os resultados apontam que 86,64% dos participantes consideram a garantia dos direi-

Rômulo Serpa/Agência CNJ



tos fundamentais como o tema com maior grau de importância para o Poder Judiciário. Em seguida, com 84,18%, o tema escolhido foi o enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. A agilidade e produtividade na prestação jurisdicional foi considerado o terceiro tema mais relevante para ação do Poder Judiciário por 76,39% dos pesquisados.

Em relação ao ambiente externo, a percepção do Poder Judiciário foi apontada como um dos aspectos desfa-

voráveis por 361 pessoas ouvidas. As Questões Orçamentárias, na opinião de 175 ouvidos e as questões políticas, com 128 opiniões, aparecem como o terceiro tema desfavorável. Questões de Pessoal (122), aumento da demanda/morosidade (93) e Questões Tecnológicas (40) são outros temas apontados como desfavoráveis no levantamento.

Participaram da reunião - de forma presencial ou por videoconferência - representantes dos tribunais de Justiça da Bahia (TJBA), Tocantins

(TJTO), São Paulo (TJSP), Rio Grande do Sul (TJRS), Rio de Janeiro (TJRJ), Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal de Justiça Militar de São Paulo (TJMSP), Superior Tribunal Militar (STM), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Conselho da Justiça Federal (CJF), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e CNJ. *(Jeferson Melo - Agência CNJ de Notícias)*

Fora da Pauta

Willian Marinho

williamarinho@hotmail.com

Contratados

Na cidade de Barra do Corda, ocorreu um fato inédito após uma denúncia do Ministério Público ainda no ano de 1999 contra o ex-prefeito Bena Almeida, por ter contratado em um ano de governo 195 pessoas sem a realização de concurso público. Ocorre, que desde a Constituição de 1988, apenas Bena Almeida foi denunciado e condenado na justiça daquela cidade, recorreu e perdeu no Tribunal de Justiça em 2017 e teve sua condenação mantida por unanimidade pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.